

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas

Class.: 117

Data: 4 de junho de 1980

Pg.: _____

Indigenistas desejam dirigir Funai

Os participantes do seminário "A Terra Indígena" que se realiza em Belo Horizonte fizeram ontem um apelo ao presidente Figueiredo para que a Funai seja entregue aos indigenistas brasileiros o mais rapidamente possível, antes que haja a "esperada implosão do órgão", que vive a sua maior crise com o episódio Krenaque em Minas. Segundo eles, a Funai deveria estar ligada diretamente ao gabinete da Presidência da República, como uma secretaria especial, de modo a não mais ceder a todo tipo de interesses e pressões, causa principal do extermínio das últimas populações indígenas no Brasil.

O que ocorre atualmente na Funai, segundo os indigenistas presentes ao seminário — é uma série de demissões e de transferência para os Estados, da responsabilidade pela assistência aos índios — "o que vai contra toda a tradição do Marechal Rondon, dos irmãos Villas-Boas, dos antropólogos, sociólogos e demais profissionais recrutados pelo próprio governo para proteger o índio brasileiro". Eles lembraram também o programa político do PDS, que inclui a defesa dos índios e a promessa do ministro Mário Andreazza, do Interior, que garantiu a demarcação das terras indígenas ao declarar, quando de sua posse no cargo: "A terra do índio é do índio e a ele deve ser devolvida".

Os Krenakes

Por último, o seminário, promovido pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da UFGM, Grupo de Estudos da Questão Indígena (GREQUI) e Associação Mineira de Defesa do Ambiente, solicitou da Funai um pronunciamento oficial quanto ao destino dos índios Krenakes, que continuam no antigo posto indígena de Resplendor, dispostos a não retornar à reserva Guarany, de onde saíram há um mês.

Para o advogado Hildebrando Pontes Neto, farta documentação sobre situação dos krenakes lhes dá a posse legal da terra onde se encontram. "As suas terras explicou — foram doadas em 1920 pelo Estado à União. "Deste modo, pela Constituição Brasileira, a União detém a propriedade, e o índio a sua posse. A Funai jamais poderá contrapor-se ao texto constitucional, por se tratar de um direito adquirido pelos índios".

Informou Hildebrando que a Funai, através do advogado Alberto Deodato Filho, entrou com uma notificação, em 1972, para que os colonos desocupassem a terra em 30 dias. Mas esses enviaram um memorial ao então presidente Garrastazu de Médici e as pressões tiveram início: "Através do secretário

particular do presidente da República, Sérgio Médice, foi encaminhado ao Ministério do Interior e à Funai, um ofício determinando a suspensão da notificação. A alegação do documento — recorda Hildebrando — foi de que, na região de Resplendor, só restavam dois índios velhos, o que provava, portanto, que a raça Krenaque estava extinta".

A deportação

Em contrapartida, a Polícia Militar, através do capitão Pinheiro, chefe da ajudância Bahia-Minas, respondeu ao governo que existiam 25 e não apenas dois índios Krenakes na região. E sugeriu a sua transferência para o Parque do Rio Doce, onde teriam caça e pesca semelhante a do lugar onde estavam. "O presidente da Funai, general Bandeira de Mello respondeu ao Governo de Minas que não mais faria a permuta e que havia optado pela transferência das famílias indígenas para a Fazenda Guarany, em Carmésia. Um terreno improdutivo, sem valia alguma para o índio. Daí a sua revolta e a necessidade da Funai levá-los à força. O chefe dos índios foi levado algemado. Hoje, ele é um doente mental naquela reserva" — revelou o advogado.

O direito dos krenakes, segundo o Hildebrando, é amparado pelos artigos 4º e 198, parágrafo 1º e 2º, da Constituição Federal. Este episódio, segundo ele, serve para mostrar o "descaso e o desrespeito do governo pelos grupos indígenas que ainda restam no Brasil: A Funai, ao invés de buscar uma solução para o problema, prefere omitir-se ou adotar uma política anti indigenista".

Ele informou que os krenakes quatro famílias, de 15 crianças ao todo — têm consciência de que a terra onde estão é deles. E não descartou a idéia de entrar com uma ação popular em favor dos índios. "Só não sei ao que isso pode chegar, já que, no Brasil, o poder judiciário anda de cócoras diante do poder econômico".

A terra

A mesma posição foi defendida pelo cineasta Zelito Viana, diretor de "A terra dos índios", que filmou todo o regresso dos krenakes a Resplendor, a partir de quando eles pegaram o trem em Itabira. Zelito também participa do seminário. Segundo ele, quando o trem foi chegando no antigo posto Krenaque, os índios mais velhos mostravam o lugar às crianças. "Já no posto, em questão de minutos os índios pareciam estar ali há vários anos. Acenderam logo o fogo, jogaram as redes no rio e limparam o lugar (as

ruínas do posto), onde depositaram suas coisas e seus próprios corpos".

O antropólogo Rafael José de Menezes Bastos, ex-funcionário da Funai (ele foi demitido na sexta-feira passada) disse que o problema está criado e que o governo terá de fazer o "que deveria ter feito" há seis anos. "A terra é dos índios mesmo — acentuou —. E a Funai, um órgão inerte, que só trabalha em crises, terá que tomar posição a respeito". Segundo ele, a Funai está perto de uma implosão, devido à demissão em massa dos funcionários da proteção dos índios passar a ser vista de perto pelo presidente da República, antes "que seja tarde e os índios sejam todos dizimados no país".

Para o antropólogo Olímpio Serra, ex-diretor do Parque Nacional do Xingu e atual coordenador da área de humanidades da Fundação Nacional Pró-Memória, de Brasília, a Funai não pode questionar para deixar ou não os Krenakes onde eles estão. "Ela tem é que cumprir a lei. E a sociedade civil tem que exigir esse cumprimento" — disse Olímpio. Caso isso não aconteça, o indigenista teme acontecer o que ocorreu com o povo Nambiquara, há dez anos atrás: "Eles foram transferidos do Vale do Cuaporé, em Mato Grosso, onde sempre viveram, para a Chapada dos Parecis. Quando voltaram, as empresas paulistas já haviam tomado ilegalmente as suas terras. Mas ficaram ali assim mesmo, ameaçados e roubados daqui e dali. E agora, o pior está prestes a acontecer. Prejudicando os próprios brasileiros, pois várias cidades seriam interligadas, o governo mudou propositadamente o traçado da rodovia Cuiabá-Porto Velho, de modo a passar exatamente por onde os índios estão. Esta obra está sendo financiada pelo Banco Mundial. Daí o apelo que estamos fazendo também a Robert MacNamara, no sentido de evitar este novo genocídio". Os índios Nambiquaras eram dez mil no início do século. Hoje são 620 ao todo.

O antropólogo vê também uma saída para o caso Krenaque, com base no que aconteceu com os índios xavantes, há 24 anos atrás, quando eles foram transferidos do Xingu para as nascentes do rio Tapajós, a 300 quilômetros de distância: "Em 1971, eles voltaram heróicamente ao seu lugar de origem e o governo acabou reconhecendo o seu direito. Os 500 xavantes, na época, fizeram esse trajeto a pé". E concluiu o antropólogo: "foi por causa de uma flexa nambiquara que o marechal Rondon falou a sua célebre frase, que o governo tem também de respeitar: "Morrer se preciso for; matar, jamais".